INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

BRAIMA CALILO SADJO

O ESTADO E OS DILEMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: AVANÇOS E RETROCESSOS

ACARAPE

2020

INSTITUTO DE HUMANIDADES (IH)

BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

BRAIMA CALILO SADJO

O ESTADO E OS DILEMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: AVANÇOS E RETROCESSOS

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

ACARAPE

2020

BRAIMA CALILO SADJO

O ESTADO E OS DILEMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU: AVANÇOS E RETROCESSOS

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 15 de janeiro de 2020

BANCA EXAMINADORA

_____

Orientador e presidente: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

_____

Examinadora Interno: Profa Dra. Joana Elisa Röwer

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

_____

Examinador Externo Prof. Msc. Leonel Vicente Mendes

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 5

2. JUSTIFICATIVA 7

3. PROBLEMATIZAÇÃO 8

4 DELIMITAÇÃO 9

5. OBJETIVOS 10

5.1 OBJETIVO GERAL 10

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 10

6. HIPÓTESES 10

7. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA 11

7.1 A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E EDUCAÇÃO 11

7.2 AS INSTABILIDADES NO CENÁRIO POLÍTICO GUINEENSE E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA EDUCATIVO 17

7.3 OS DILEMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU 20

8. METODOLOGIA 24

REFERÊNCIAS 26

1. APRESENTAÇÃO

A Guiné-Bissau é uma República com 36.125 km2, situada no continente africano, na costa ocidental da África, banhada pelo Oceano Atlântico. Faz fronteira ao norte com República do Senegal e ao sul com a República da Guiné Conacri. "O país possui uma população de 1.548.159 mil habitantes segundo o último recenseamento realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo em 2009 apud SUCUMA 2013, p,17). Ainda demonstra que integra cerca 80 ilhas que constituem o arquipélago dos Bijagós, além dos territórios continentais que compõem oito regiões: Bolama, Bafatá, Gabu, Cacheu, Quinara, Tombali, Oio, Biombo, mais o setor autônomo de Bissau que é a capital.

Este país conheceu a sua independência a 24 de setembro de 1973, reconhecida oficialmente pelo Portugal em 1974, após onze anos de uma luta armada de suor e sangue para a libertação nacional. De 1974 a 1991, viveu sob regime do partido único. A transição política foi iniciada em 1991 com a revisão do 4° artigo da constituição da república que consagrava o PAIGC como o único representante legítimo do povo. As primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em julho e agosto de 1994. "O país viria a conhecer um conflito político-militar de 7 de junho de 1998 a maio de 1999. Em termos administrativos, o país é constituído por oito (8) regiões e o sector autónomo de Bissau, a capital. E conta com um total de trinta e seis (36) sectores constituídos por secções" (SEMEDO, 2011, p,02).

O conceito educação ganhou uma nova dimensão a partir do século XVIII, com a criação de sistemas educativos nacionais. "Os seus fins e objetivos sofreram profundas mudanças ao longo do tempo, sobretudo, nos últimos séculos, originados pela industrialização, desenvolvimento económico, mudanças sociais e políticas ocorridas em todos os países" (FURTADO, 2005 p,33).

Portanto a educação é uma necessidade social num duplo sentido. Envolve, por um lado, a tradição, "a construção de valores culturais que permitem o desenvolvimento económico e social e, por outro, capacita para a inovação e assegura um número suficiente de indivíduos capazes de desenvolverem novas soluções para enfrentar os desafios e os problemas do desenvolvimento" (TEIXIDÓ, 1997 apud FURTADO, 2005, p.33). Para isso, pretendemos analisar o papel do Estado guineense na criação de condições para o acesso à educação na Guiné-Bissau, uma vez que é um direito previsto no artigo 49° da constituição da república, que identifica o Estado através da atuação do governo como órgão responsável para a sua garantia.

Onde o Estado promove gradualmente a gratuídade e a igual possibilidade de acesso de todos os cidadãos aos diversos graus de ensino mas num certo sentido falta-lhe a responsabilidade de garantir este direito, mas ainda falta ao Estado o empenho e comprometimento em garantir este direito. Ao discutirmos, compreende-se que a "educação serve a um projeto de Estado nação moderno, no modelo ocidental, porém adaptado à realidade local" (CABRAL 1979 apud NAMONA 2014, p,24). A partir desta lógica, compreende-se que cada Estado é responsável em definir e criar padrões ideológicas e proporcionar condições necessárias de aprendizagem de acordo com as necessidades e realidades locais.

Mas, a educação na Guiné-Bissau é tida como um "objeto", isto é campo de manobras e disputas políticas e não é tida como um setor que visa um ensino de qualidade e da emancipação dos jovens pela via de uma educação pública de qualidade que tem sido mostrada várias preocupações dos jovens e da própria sociedade em geral, a situação é tão alarmante com a politização do setor que acaba de modo geral afetando todos os campos das atividades educacionais.

Portanto, compreende-se que qualquer forma de negar o direito à educação aos cidadãos/indivíduos caracteriza-se pelo suicido institucional, isto é, a educação é a resposta para a emancipação dos jovens, portanto falar da educação formal em si é falar de um ato moral e ético onde as pessoas são preparadas para gerirem e assumirem administração das instituições estatais com o intuito de gerir e distribuir o bem comum de forma mais justa e transparente.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha desta temática se deve à crescente procura da educação nos últimos anos na Guiné-Bissau. Sendo cidadão guineense, notei, drasticamente, as várias dificuldades que impedem o normal funcionamento de uma educação de qualidade almejada para todos. Além disso, como jovem que passou todo o percurso educativo numa escola privada, vendo os meus colegas que estudavam nas escolas públicas, nos momentos/períodos letivos sentados em casa por conta das greves causadas pelo não pagamento dos professores, me deixou marcas, e ainda estou acomodando-me durante todos estes anos.

Por outro lado, como cidadão atento com as questões sociais e preocupado com uma mudança na aplicação dos bens públicos em benefício de todos e, principalmente, na educação como sendo um direito que abre as portas para os outros direitos. No entanto, estudar a educação na Guiné-Bissau vai nos permitir entender as configurações históricas que ainda estão presentes no sistema educativo e, também, vejo que a pesquisa é uma forma de lançar um olhar crítico acerca das dinâmicas e disputas do campo da educação contemporâneo enquanto jovens que assumirão futuramente liderança do país, evitando assim a reprodução dos mesmos erros e vendo a educação como sendo arma para o desenvolvimento social e como construção do Estado-nação, com a ideia de promover uma equidade nacional no sentido de trazer um dialogo a partir das diferenças com intuito de aproxima-las ou socializá-las.

Nesse sentido, o ensejo de pesquisar essa temática brotou da necessidade que tenho de compreender o papel do Estado guineense na garantia do acesso ao ensino público na Guiné-Bissau, uma vez que é um direito consagrado no artigo 49º da constituição da república desse país.

No entanto, percebe-se que este trabalho possui inúmeras vantagens, sejam elas acadêmicas, sociais ou políticas. No âmbito acadêmico pode-se perceber que a pesquisa busca somar-se aos trabalhos feitos com vista a melhorar o sistema educativo nos seus parâmetro de organização, servirá de suporte aos que desejam pesquisar ainda mais e servirá de material de suporte para os alunos e professores nas salas de aulas, enquanto sociais ajudara na construção de uma sociedade emancipadora com o intuito de que os cidadãos irão poder exercer o seu pleno direito enquanto cidadão guineense e superando o populismo, pois no âmbito político exigirá os responsáveis políticos um comprometimento serio com a educação que por vezes concerne no centro dos comícios eleitorais e vai trazer um olhar de cobrança aos responsáveis ou dirigentes do Estado com o intuito de engajarem os esforços em minimizar as

desigualdades sociais pontuando por uma educação para todo, no diálogo com a realidade local.

Com este trabalho espera-se que haja mudanças radicais em todos ciclos da educação pública, isto é, na melhoria do nível do aprendizado dos cidadãos envolvidos no sector educativo e mais envolvimento dos cidadãos nas escolas públicas na busca de superação das dificuldades existentes e limitações com intuito de cumprir o bom funcionamento na sociedade e nos espaços da administração pública por fim espera-se um investimento forte para o desenvolvimento das aptidões e capacidades individuais e coletivas que nos possibilita saciar as demandas sociais.

3. PROBLEMATIZAÇÃO

Falar da educação pública na Guiné-Bissau pode se perceber segundo Semedo 2011 de que conversar sobre a educação nos remete há um entendimento amplo sobre a realidade isto é, falar de obstáculos de várias ordens: a falta de salas de aulas, de professores quantitativas e qualificados, e o mais preocupante ainda, falar de salários baixos e pagos com grandes atrasos e o fraco investimento do Estado para setor. Percebe-se que a educação é um dos principais pilares da sociedade, isto é, os indivíduos devem ser instruídos para poderem depois responder positivamente às demandas sociais e estatais num estado burocrático. Ela constitui um elemento basilar para o exercício da cidadania de modo que não deve ser algo simplesmente reservado aos que têm possibilidades econômicas e uma grande dificuldade para os que vivem com pouco recurso monetário. No entanto, nota-se que o estado de acesso à educação pública de qualidade na Guiné-Bissau apresenta um quadro muito pouco motivador, principalmente, quando se refere às escolas públicas no capital, "*ku fade quil de zonas rurais*[1]*"* e as famílias com pouco poder aquisitivo.

Diante do exposto, questiona-se: Será que o Estado assume a sua responsabilidade para o setor educativo? Quais são as implicações das recorrentes instabilidades políticas no setor educativo guineense? Quais são as consequências de baixa qualificação da população para o desenvolvimento local? Será que o desafio do alargamento do ensino público de qualidade está como pauta principal do Estado guineense? Por quê que ainda se verifica

[1] "ku fade quil de zonas rural" é uma frase comparativa em Kriol língua local, utilizada em situações comparativas, pois utilizo para comparar as zonas rurais com o capital com intuito de demonstrar que quanto mais o próprio capital que possui todo privilegio, carece de um sistema educativo decente para enfrentar as demandas sociais, no entanto muito as demandas sociais do interior ou das zonas rurais menos privilegiado irão conseguir atingir as população locais na qual todo o sistema ainda é centralizado no capital mas mesmo assim, a educação continua apresentando estruturas com muita dificuldade, com relação a satisfaçãoda educação do povo.

grande dificuldade de acesso ao ensino público guineense depois de quatro décadas e meia após- independência?

A educação pública guineense ainda está na fase embrionária e a mais desfavorecida pelo Estado. A população com o desejo de receber o direito fundamental e básico para a participação, emancipação e satisfação das suas necessidades enquanto cidadão, mas esse direito é limitado pelas instabilidades políticas que acaba estagnando o sistema educativo de se desenvolver, a falta de infraestrutura que promove a descontinuidade do ensino provocando transferências ou migrações de escolas para escolas e por fim o desprezo e irresponsabilidade do Estado, de sistematizar o sistema do ensino e o não comprometimento com as suas obrigações obrigou a falta de serenidade dos profissionais da área, isto é a consequência recai sobre o povo, principalmente os mais desfavorecido.

Portanto, é pertinente que o estado guineense seja responsabilizado enquanto e como entidade responsável para estabilidade das instituições estatais e principalmente as educativas e a criação das políticas públicas viáveis que possam ajudar a ultrapassar os problemas que o sistema educativo guineense enfrenta, responsabilizá-lo pela capacitação dos cidadãos guineenses, de modo geral responsabilizá-lo na organização do sector educativa, e no enfrentamentos das futuras consequências e os obstáculos que afetam o ensino pública guineense.

4 DELIMITAÇÃO

Este trabalho trata-se da educação pública na Guiné-Bissau desde 2000 até 2019, tendo como propósito evidenciar a melhor compreensão da realidade do sistema educativo vigente neste país, frisando sobre o sistema e os processos educativo pós-independência, de entender como a educação e o Estado se entralhassem ao longo dos anos na efetivação dos direitos educativos até aos dias atuais, e na criação de condições educativas enquanto guardião do bem público. Nesta senda tendo o estado guineense como entidade responsável para a criação de possibilidades de acesso condigno aos cidadãos nas escolas públicas em diferente níveis de ensino e aprendizagem, e na criação das políticas públicas viáveis que possam ajudar a ultrapassar os problemas que o ensino guineense enfrenta, isto é, a efetiva responsabilidade do Estado durante o seu exercício do poder, no que concerne à capacitação dos cidadãos guineenses, de modo geral, procurar compreender as principais ações do Estado na efetivação dos direitos para a população e de entender as dificuldades e os problemas estatais que afetam o progresso do setor educativo ao longo destes anos.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

- Analisar o papel do Estado enquanto entidade responsável para garantir o acesso e a permanência exitosa dos estudantes nas escolas públicas de Guiné-Bissau

5.2 Objetivos específicos

- Compreender como o Estado se define a educação pública perante a sua responsabilidade pública;
- Entender as políticas educacionais desenvolvidas pelo Estado para garantir o acesso, permanência exitosa e o combate à evasão escolar;
- Compreender se o Estado elabora regularmente as políticas públicas que viabilizam o acesso à educação na Guiné-Bissau;

6. HIPÓTESES

H¹- Os obstáculos causados no aprendizado dos cidadãos nas escolas públicas devem as instabilidades políticas e os interesses pessoais que acaba originando o fraco investimento no sector.

H² - Os problemas do Estado que afetam gravemente o funcionamento das escolas públicas e as infraestruturas escolares vem da má gestão/gerência dos recursos públicos.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

A nossa fundamentação teórica está dividida em três tópicos. No primeiro momento, trataremos de fundamentar com os autores sobre a responsabilidade do estado guineense em relação à educação pública como sendo uma entidade máxima que atribui ao ministério da educação nacional o comprometimento de garantir uma educação de qualidade enquanto direito que a constituição atribui aos cidadãos para a sua compreensão busca-se um conjunto diversificado de teorias sobre o Estado para entender a relação do Estado com a educação pública.

No segundo momento buscaremos a discussão teórica de como as instabilidades políticas têm sido um dos principais fatores que acarretam o normal funcionamento do sistema educativo e de como estas acabam tendo impactos na vida da população.

No terceiro momento as discussões serão centradas sobre acesso e permanência na educação pública como sendo uma forma de democratizar o acesso do ensino para todos e em todos os níveis no sentido de entender depois as estratégias e aumento dos esforços e as exigências em matéria de qualificação do ensino a todos níveis, visando garantir aos cidadãos o acesso à educação, como um direito garantido pela Lei Fundamental do país.

7.1 A RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E EDUCAÇÃO

Ao longo dos anos podemos compreender que o Estado é o principal idealizador da sociedade aplicando o seu poder para garantir as condições básicas no limiar das suas possibilidades, neste caso, as educativas. De acordo com a Cúpula Mundial de Educação realizada no ano 2000 em Senegal, mostrou que a educação enquanto um direito humano fundamental é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro e entre países e, portanto, um meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI, portanto a necessidade de garantir uma instrução para a população permite lhe inserir no ritmo na qual a dinâmica da humanidade ou da sociedade exige.

Neste sentido, Morrish (1997, p,95) responsabiliza o Estado ao entender que “será obrigação da autoridade local de educar os cidadãos, em toda e qualquer área, dentro do âmbito de seus poderes, contribuir para o desenvolvimento espiritual, moral, mental e físico da comunidade”, pois há uma necessidade do Estado assegurando uma educação eficiente, onde por meio dos estágios, será oferecida mecanismos necessários para satisfazer as

necessidades da população em suas respectivas áreas no sentido de as populações poderem desenvolverem as suas aptidões.

Para isso, entende-se que os objetivos do Estado concernem em ordem e defesa social […] "que pode ser resumida no conceito do bem público, o Estado emprega diversos meios que variam conforme as épocas, os povos, os costumes e a cultura, mas o objetivo é sempre o mesmo isto é a realização do bem público" (AZAMBUJA, 2008 p,4). Ao trazer a contribuição de Cicero (2008, p,39) "demonstra que o que une os homens em estados é o reconhecimento do mesmo direito e a identidade de interesses comum". No entanto, pode se perceber segundo Durkheim (1956, apud MORRISH, 1997, p,89) que "a educação é, básico e é essencialmente uma função social […] portanto deve estar submetido à influência do Estado com intuito de promover e garantir o direito da cidadania" fundamentando na ideia do autor entende-se que para uma boa educação a influência e a interferência do Estado exercem papel importante para o desenvolvimento da capacidade da população a partir da renovação continua dos matérias e da formação continua dos professores isto é de toda gestão escolar na medida em que estes possibilitam sempre criatividade.

De acordo com Bedeta (2013, p,6), em conformidade com a constituição guineense. "A Guiné-Bissau, é uma República soberana, laica e é um Estado de democracia constitucionalmente instituída, fundado na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controlado e direção das atividades públicas e orientada para a construção de uma sociedade livre e justa" para isso percebe-se que as ações do Estado tem que refletir na vida da população como forma de concretizar e fazer a justiça social num Estado como a Guiné-Bissau na qual a burocracia permeia por todos os quadrantes da sociedade é necessário que as pessoas dominem a escrita pois sua funcionalidade é regida pelo mesmo, na qual o Estado é o guardião dos direitos. No entanto segundo Azambuja (2008, p, 21) "no que concerne às realizações do Estado compreende-se que o Estado procede para realização do bem público por isso e para isso tem a autoridade e dispõe de poder, para isso deve prestar serviços de qualidade a população".

Ainda seguindo a mesma lógica, ele considere que o Estado cria as condições necessárias para que os indivíduos vivendo harmônica e solidariamente em sociedade e que desenvolvam suas aptidões físicas, morais e intelectuais. Nesta senda, Bedeta (2013) mostra que o período pós-independência, apresenta-se como um momento de viragem quantitativa e qualitativa, relativa à escolarização e ao direito à educação para todos na tentativa de subversão da ordem colonial, mas, no entanto, está virada foram comprometidas.

Para uma compreensão prática entende-se que as despesas públicas da educação na Guiné-Bissau são extremamente baixas. De salientar que o país ainda continua com a dependência quase total do financiamento externo para a implementação das políticas educativas. Esses financiamentos acabam por ser interrompidos, quer por fatores internos quer por fatores externos, respetivamente, porque têm visto sucessivas instabilidades no país desde 1998, "o que está a deteriorar o sistema educativo e cria situação duvidosa dos parceiros em continuar com apoio no setor, e porque a atual crise económica mundial tem afetado os países financiadores" (BEDETA, 2013, p,52).

Segundo Candé Monteiro (2013) Os primeiros partidos políticos nas colônias portuguesas nascem reivindicando a independência e a soberania total dos povos africanos, levando em consideração alguns elementos fundamentais de direitos humanos, a liberdade e a igualdade, fatos ignorados pela administração colonial, e a constituição prevê este direito no seu artigo 49º dos direitos garantidos na busca de virada do sistema colonial, onde a igualdade deveria ser propiciada a partir da educação, criando assim, um equilíbrio no meio social.

Mas para Furtado, (2005 p,03), isto não tem cabimento ao demonstrar que "apesar das fortes críticas endereçadas ao sistema colonial, a política educativa e a política geral do país não conseguiram criar as condições favoráveis à construção do novo sistema nacional de ensino, nem alterar a lógica colonial global do sistema educativo herdado". Por outro lado, Bedeta (2013, p,01) nota-se que "o fracassamento das políticas dificultou o Estado em encontrar um sistema decente almejado pela população, portanto as fragilidades económicas e políticas são os principais constrangimentos na definição de um plano estratégico a longo prazo para implementar uma política educativa de qualidade".

No entanto para Morrish, (1997, p,89) "o Estado é uma associação de pessoas, uma organização especifica da sociedade que é responsável pelo desempenho de funções políticas e possui o poder supremo de coerção e de sanção". […] "Portanto um dos seus papéis consiste em assegurar a manutenção de certos padrões de aprendizagem, assim como encorajar uma certa soma de experimentação e inovação" (MORRISH, 1997, p, 95).

Neste sentido, podemos perceber que ao longo das décadas houve fraca participação e o engajamento do Estado, pois muitos professores foram contratados sem possuírem habilitações profissionais, "o que tem afetado negativamente o sistema educativo guineense até à data presente, ainda sem medidas ou reformas pertinentes para que o sistema educativo possa produzir resultados positivos" (BEDETA, 2013, p,31).

Sampa, (2015) nos leva a entender o quanto o Estado é irresponsável, pois para ele, não há um comprometimento sério do Estado com os seus cidadãos e os profissionais da

educação em compreender as fragilidades e a busca de uma solução viável para o melhoramento do sistema educativo evitando a sua degradação.

Para Furtado (2005, p,07),

> "Ao longo do tempo verifica-se a ausência de uma administração assente na realidade educacional nacional, capaz de fazer uma análise correta da situação, de preparar alternativas políticas realistas e exequíveis, de tomar decisões corretas e oportunas, de planificar as ações educativas, de coordenar a sua execução, de avaliar os seus resultados e de garantir a continuidade e a coerência das ações, com a constante mobilização, atualização e reforço dos recursos necessários".

Ainda de acordo com Praça (2013 apud BARRETO, 2014, p, 23) "a construção de um ensino que prepara os alunos para enfrentar um mundo em mudança em que o conhecimento é reflexivo, e as aptidões são elementos fundamentais para o florescimento humano passa pela atualização das práticas pedagógicas", isto é, o Estado tem o papel importante com relação ao sistema educativo, isto é de garantir matérias escolares nas instituições educativas, procurar renovar a didática propor a formação continua dos professores para gerenciar melhor a dinâmica da aula e da escola na perspectiva de cultivar sempre a inovação afim de gerar bons resultados. Está será ponto primordial da construção de uma educação que vise a construção da cognição dos alunos permitindo-lhes refletir sobre as suas ações e tirar as suas conclusões.

Paro (1986, p,03) por sua vez afirma que "o Estado é autoritário na medida em que deixa de prover a escola de recursos necessário para a realização de seus objetivos", fundamentando na ideia do autor entende-se que uma escola sem inovação e matérias didáticos é tipo uma criatura sem alma, onde não há criatividade o ciclo torna algo estático e repetitivo que dificulta o desenvolvimento da própria capacidade humana na medida em a reprodução e repetição é algo primordial.

No entanto, compreende-se que os programas de austeridade atribuídos ao Estado guineense, "em situação da 'crise socioeconômica', tendem a reduzir a responsabilidade do governo com a sociedade, a descompromissar o Estado com a função de garantidor de políticas sociais e da assistência social à população" (FANDA, 2013, p. 87).

Neste sentido, de acordo com a consulta internacional de ONGs (CCNGO), realizada em Dakar, 25 de Abril de 2000 demonstra que a educação para todos deve haver uma afirmação clara de que a educação é uma responsabilidade central do Estado. Educação para todos depende da existência de um sistema democrático, com mecanismos e estruturas efetivas que garantam espaço e voz a todos os interessados e que garantam que os benefícios

da educação sejam distribuídos equitativamente promovendo a igualdade da oportunidade dentro do parâmetro do estado burocrático.

A equidade é verificada de fato só nos primeiros momentos da independência na Guiné-Bissau onde houve,

> "uma grande expansão da escolarização durante os primeiros anos da independência atingindo 100 mil alunos em 1977. Mas durante a década 1980, registou-se um período de desalento na educação em que o sistema perdeu cerca de dez mil alunos. Com a democratização do ensino a partir dos anos 1990, evidenciou-se uma forte procura pela educação escolar em todo o país" (BARRETO, 2012 apud BARRETO 2014, p,20).

Bedeta (2013) percebe que apesar que após a independência do país, a iniciativa relativamente ao setor da educação torna-se visíveis tendo-se assistido dum modo geral, ao alargamento das redes escolares a nível nacional, pesem embora os vários constrangimentos no país: a falta de meios financeiros para a implementação das políticas educativas, a falta de um corpo docente quantificado e qualificado para o sistema de ensino e para o desenvolvimento do aluno.

No que concerne às fragilidades do sector educativo a adesão da Guiné-Bissau, à política e ao mercado econômico internacional, com a perspectiva de melhoria econômica e sociopolítica, criou ruptura com as diretrizes políticas educacionais implementadas após a independência. Isso se intensificou depois nos anos 1990. Desde então, no país, "[...] a educação passou a ser analisada com critérios próprios do mercado, e a escola comparada a uma empresa [...]. A visão economicista invade o panorama educativo" (CÁ 2008, p. 196).

Dessa forma, Monteiro (2015, p,34) "prima pela valorização das competências e sobretudo do saber cientifico, pois enquanto não existir a responsabilidade penal pelo mau exercício das funções pública iremos continuar interminavelmente neste ciclo infindável do abismo que nos persegue ao longo destes anos", pois as pessoas que lutam sempre e constantemente para ocupar altos cargos políticos do país muitas vezes não são técnicos competentes para o exercício das funções do cargo na qual ele/a ocupa, que por muitos nem se quer têm uma formação acadêmica adicionando-se a tudo falta de caráter.

A partir desta logica sem "desculpabilizar as autoridades e as contingências conjunturais de então, não seria exagero afirmar que parte da situação hoje vivida na educação pode ser atribuída a 'especialistas' dos mais diferentes quadrantes, que intervieram no país na primeira década após a independência, em missões geralmente curtas e limitadas apenas à capital" (FURTADO,2005 p,03).

No entanto, estes teriam por missão a organização do sistema com o intuito da consolidação e fortificação das bases educativas que posteriormente deveria suportar as demandas posteriores, pois "os novos quadros do país encontravam-se concentrados no capital Bissau para apoiar o esforço inicial de auto-organização do governo, e os investimentos seguiram igualmente está concentração no capital, em total desacordo com a estratégia oficial de desenvolvimento" (CARDOSO, 1995 p,261).

Segundo o Relatório de Monitoramento Global da Unesco (2008) se refere à existência de alguns fatores fundamentais para uma boa aprendizagem, tais como acesso a livros e materiais didácticos, escolas seguras e bem-conservadas, professores com formação e em quantidade adequada para satisfazer as demandas dos cidadãos. […] Barreto (2014, p,04) demonstra que "o sistema educativo guineense ainda continua bastante distorcido e sem recursos necessários para o seu funcionamento. Os recursos pedagógicos, incluindo manuais escolares, são de difícil acesso, e continuam a predominar processos de ensino pouco criativos".

Para Durkheim (1956 apud MORRISH 1997, p,90) "o papel do Estado consistia, predominantemente, em traçar certos princípios básicos e essenciais em educação e assegurar-se de que eles eram transmitidos as crianças em todas as escolas". Isto é numa sociedade simples, a função do Estado é garantir que os seus membros sejam educados como foram seus pais garantindo os direitos necessários para a vida na sociedade tendo a educação como um processo da socialização na medida em que os saberes se dialogam.

Ainda de acordo com o relatório do Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos (2000, p,01) "os jovens e adultos que não têm acesso às habilidades e conhecimentos necessários para um emprego proveitoso e para participarem plenamente em suas sociedades isso acaba frisando choque com o desenvolvimento da nação e a erradicação da pobreza", portanto há uma necessidade de construir uma cultura solida e democrática privilegiando o setor educativo para a construção de uma sociedade almejada para todos os guineenses.

7.2 AS INSTABILIDADES NO CENÁRIO POLÍTICO GUINEENSE E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA EDUCATIVO

No que diz respeito às instabilidades é bom lembrar que a Guiné-Bissau de certa forma passou pelo sistema mais brutais e desestruturastes da sociedade a "colonização" que durou cinco séculos de invasão, domínio e opressão imperial dos portugueses, tendo em vista o descontentamento com o sistema a população local desencadearam uma luta que durou onze anos até a conquista da sua independência em 1973 dirigidas pelo PAIGC (partido africano para independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde) na qual as suas forças militares chamadas hoje de "antigos combatentes". No entanto, menos de uma década houve separação da unidade Guiné-Bissau e Cabo-Verde, mas o poder permanece militar sub liderança do Nino Vieira até a abertura democrática em 1994, e mesmo assim percebe-se que o conflito continua presente devido os resquícios desta luta dentro do Estado e de lá até hoje nenhum governo conseguiu terminar o seu mandato devido as desavenças dos dirigentes políticos na luta pela liderança do país.

Segundo Bedeta (2013), os conflitos político-militares e as instabilidades institucionais e educativas também se têm refletido negativamente no sistema de ensino guineense, isto é, contribui drasticamente na fragilização do sistema onde se verifica as frequentes paralizações no setor e estes conflitos não ajudaram na concretização dos programas elaborados que tem o objetivo principal melhorar a qualidade do ensino do país. A maioria desses projetos não foram resolvidos, devido os vários motivos e por diferentes governos que sucederam até a data presente. "Com isso, esses projetos ficaram engavetados, coisa que fez o sistema guineense a denegrir cada vez mais" (SAMPA, 2015 p, 02).

Segundo Arrendt (1961, pg,05), pode-se perceber que, o que faz com que as crises da educação se tornam tão graves ou seja tão especialmente aguda é o temperamento político do país, no entanto, este temperamento é entendido como a busca da manutenção dos privilégios sociais que acaba tirando os mais desfavorecido o seu pleno direito para o exercício da cidadania.

Ainda para Arrendt (1961 p,14) "demonstra que a educação não é algo simples, pois é assim o ponto em que se decide se, se ama suficientemente o mundo para assumir responsabilidade por ele e para o salvar da ruína que seria inevitável sem a renovação, sem a

chegada dos novos e dos jovens, não seria possível", portanto seguindo esta logica observa-se que quanto menos preparação o Estado se torna menos forte.

Bedeta (2013, p,17) considera que,

> o fator mais prejudicial ao nível do funcionamento do sistema do ensino do país que impossibilita aos jovens de desenvolverem as suas aptidões é as nomeações políticas e com fins partidários, sem ter em conta as questões de qualificações profissionais como requisito fundamental, onde estas nomeações tornam os indivíduos dependentes dos partidos e nem exigem o melhoramento do sistema devido o compromisso moral assumido.

Portanto no que concerne às frequentes instabilidades, entende-se que contribuíram no "enfraquecimento e na degradação da situação das escolas públicas provocada pelas constantes paralizações ao longo do ano letivo, devido, fundamentalmente, ao não pagamento regular dos salários e à sua limitação quanto aos custos atuais, levaram ao crescimento vertiginoso do setor não formal" (SANÉ, 2018 p,65).

Pois segundo Sucuma, (2013, p,42),

> o populismo e clientelismo continuaram, e ainda está sendo usados pelos sucessivos governos, que investiram muito pouco nas políticas públicas estratégicas viáveis para o país. Formou-se uma sociedade cujas características podem ser assim resumidas: autoritária, clientelista, solidária e coletivista e ainda mostra que é autoritária porque o poder público restringe a liberdade de expressão, de imprensa e intimidação. Clientelista, porque a troca de favores para ocupação de cargos públicos é muito frequente. Solidária e coletivista, porque a família guineense é basicamente nuclear, envolvendo família consanguínea, mais elementos com laços de parentesco.

Fundamentando nesta ideia se percebe que as próprias famílias participam de forma indireta na criação e a efetivação das frequentes instabilidades que a Guiné-Bissau se viu ao longo dos anos dentro da sua estrutura.

A família tem um papel muito importante na educação dos cidadãos, pois ali alcançamos os nossos primeiros estágios de desenvolvimento enquanto ser, que segundo Lago (1996, p, 210), entende que nós enquanto "seres humanos não nascemos prontos para realizar as condutas exigidas pelas sociedades por isso a educação é fundamental para a própria humanização da vida do homem, por isso, precisamos apreender praticamente tudo que nos caracteriza como seres plenamente humana". Baseando nesta concepção se percebe que há uma necessidade de o Estado proporcionar uma orientação coesão na instrução dos novos para que estes possam ingressar na vida adulta com boas condutas sociais que só pode vingar com o esforço e o engajamento de todos na educação tanto família assim como o próprio representante do estado.

Mas neste sentido, compreende-se que na Guiné-Bissau,

> “ainda não menos desfavoráveis foram e continuam a ser as elevadas taxas de analfabetismo, principalmente ao nível rural e no respeitante às mulheres; as crónicas carências em recursos humanos e materiais, fatores que arrastaram consigo, durante décadas, as baixas taxas de escolarização e as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar e a pobreza que, entretanto, se foi alastrando pelo país, afetando uma percentagem cada vez maior da população do país” (FURTADO, 2005 p,10).

Para isso observa-se Sané (2018 p,71) para fazer com que os cidadãos “progridam, aprendam e tenham sucesso já é um objetivo que só pode ser alcançado com uma forte vontade política, um envolvimento efetivo do Estado, por meio de uma política coerente para mobilizar e disponibilizar todos os recursos humanos, materiais e financeiros necessários”.

Nesse sentido, para efetivação de uma educação coesa Bedeta (2013 p. 37) compreende-se que,

> “ à educação de adultos também devia ser a maior preocupação do governo ou do Estado, no sentido de evidenciar esforço e definir as novas metodologias, encorajar a população, por isso, a participação da comunidade no debate a respeito da educação de adultos é relevante, buscando conhecer as suas necessidades e, em conjunto, discutir sobre os conteúdos concretos a realizar, pois a lógica de educação de adultos pode ser compreendida, portanto, como ação social coletiva e permanente a partir de um esforço de gestão pedagógica, administrativa e financeira”.

Pois na grande maioria dos casos, as decisões políticas, em matéria de educação, foram tomadas e implementadas sem informar, ouvir ou proporcionar a participação dos principais atores do processo ensino-aprendizagem (alunos, pais e professores); sem projetar as necessidades em recursos humanos, materiais e financeiros; sem avaliar a capacidade de administração e gestão do sistema educativo e sem ponderar as suas consequências, a médio e longo prazo. “Muitas decisões foram tomadas de forma isolada sem a contribuição ou colaboração de técnicos, uma atitude que inibiu muitas iniciativas dos poucos técnicos que passaram pelo setor da educação e alimentou um clima impróprio para a educação que, enquanto projeto social, devia, pelo contrário, mobilizar todas as capacidades” (FURTADO,2005 p,08).

7.3 OS DILEMAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA NA GUINÉ-BISSAU

Segundo Furtado, (2005 Apud Bedeta (2013, p,39**) "**assistiu-se a maior interesse manifesto pela escolarização da população guineense, presente, inclusivamente, nos discursos políticos, sendo a importância da educação sentida no processo de construção da democracia". Nesta lógica, segundo o mesmo autor, pode-se perceber que foi também um período das profundas transformações sócio-políticas e econômicas operadas na sociedade guineense, impunha-se a necessidade de desenvolver novas formas de encarar o futuro da educação e traçar novas estratégias para o seu desenvolvimento com as transformações significativas, o país deveria no entanto definir a educação como prioridade e aumentar os esforços e as exigências em matéria de qualificação do ensino a todos níveis possibilitando assim maior integração da sociedade a comunidade cientifica.

De acordo com o Artigo 16 da Lei Constitucional da República da Guiné-Bissau, O Estado considera a liquidação do analfabetismo como uma tarefa fundamental e em seu artigo 49º, a Constituição estabelece que todos os cidadãos tenham o direito à educação e preconiza a promoção gradual da gratuidade e da igualdade de acesso a todos os cidadãos aos diversos graus do ensino. No entanto a efetivação da lei se torna cada vez mais difícil após-independência onde as disputas pelo poder jogaram a Guiné-Bissau num beco sem saída, pois o conflito político militar em 1998 foi fatal, na medida em que este destruí as infraestruturas inclusive as educativas.

Mas compreende-se que "nos anos letivos de 2001 e 2002, houve o aumento acentuado dos efetivos ao nível das matrículas iniciais e ultrapassou a capacidade dos estabelecimentos de acolherem, tanto do ponto de vista das infraestruturas quanto de professores, o que agrava a situação vigente" (SANÉ, 2018, p,66).

Esta falta das infraestruturas por outro lado dificulta os profissionais em desenvolverem as suas atividades de modo adequado, ainda para Sané (2018), o setor não formal, que poderia funcionar como complemento ao setor formal, constitui hoje, em muitos pontos do país, a única alternativa viável para o acesso a algum ensino, no entanto a gratuidade e igualdade professada nos artigos acima referidas é meramente resumida no papel.

No que diz respeito ao acesso à educação, "é necessário a democratização do sistema possibilitando a todos os guineenses as mesmas oportunidades no domínio educativa, compreende-se que para alcançar um saber que busca no homem livre o seu pleno desenvolvimento e uma plena participação na vida do estado" "a primeira estratégia que devia ser implementada, incidia na construção de mais infraestruturas escolares adequadas; a

segunda respeitar à capacitação dos professores, em todos os níveis do ensino, para assegurar um ensino de qualidade e demais condições necessárias para dinamizar o próprio processo do ensino" (BEDETA, 2013, p,31).

Segundo o Relatório da Liga Guineense dos Direitos Humanos (2015) demonstra que apesar de várias manifestações de intenção, os sucessivos governos não conseguiram inverter a tendência no que diz respeito à condução de uma política sólida e eficaz para garantir acesso efetivo e igualitário dos cidadãos à educação ainda pode-se perceber e dizer que os direitos básicos estão distantes da realidade na luta pela emancipação.

Sampa (2015), por sua vez demonstra que depois do conflito político militar, o governo elaborou um programa que tem como objectivo principal, melhorar a qualidade do ensino do país na altura, no entanto o objetivo do governo era de reabilitar e construir novas escolas, pois essas foram destruídas devido à guerra. O objetivo seria atender às demandas dos alunos, o que não ocorreu, e que fez aumentar ainda mais as demandas, e o Estado não conseguiu responder, pois muitas escolas passaram a funcionar de maneira inadequada sem condições necessárias, e enquanto outras deixaram de funcionar, após o conflito político militar de junho de 1998, o Estado não se preocupou em reorganizar e planejar o funcionamento das escolas de modo adequada isso fez com que a educação e o acesso à educação não se encontrou uma direção certa tornando-se o destino intelectual cada vez mais distante da população acompanhadas de incertezas.

Nesta senda, Ribeiro (2001 apud SAMPA, 2015 p,05) mostra que as consequências imediatas que emergiram a partir do momento em que o Estado não conseguiu dar respostas as condições mínimas para o funcionamento do sistema aos cidadãos, "começaram a surgir como resposta às escolas populares chamadas de informais com intuito de satisfazer as demandas sociais, onde as aulas são dadas debaixo de um mangueiro, numa varanda ou mesmo a céu aberto, e onde os alunos trazem as suas carteiras de casa e em que os professores pouco mais têm boa vontade." No entanto, são as únicas que funcionam regularmente durante todo o ano, com disciplina, cumprindo horários do ano letivo ao verificarmos isso percebe-se que ainda a irresponsabilidade do Estado para com a educação ainda se compromete o desenvolvimento do sistema educativo; isto nos leva a compreender a própria dimensão do fracasso da organização do sistema educativo no seu todo.

Ainda segundo ele, compreende que a situação se agrava nos interiores do país, onde algumas crianças nem se quer frequentam às escolas, pois as estruturas escolares nessas localidades estão mais agravadas e em algumas localidades a educação só é oferecido por essas escolas populares, que são das iniciativas privadas.

Com isso, essa questão nos leva a uma compreensão que segundo afirmação de Barreto, (2014 p, 4) de que "o Estado não conseguiu dar o acesso à educação a essa massa populacional, nem no capital Bissau em que a cobertura pública ainda é muito frágil, onde várias crianças ficam sem frequentar as escolas e muito menos nas regiões, onde o acesso à educação é mais difícil".

Pois, no Relatório da Situação do Sistema Educativo na Guiné-Bissau (2013, p,31) "em 2009, 60% das populações vivem nas zonas rurais em condições muito difíceis, sem acesso aos serviços e as infra-estruturas sociais de base (escola, saúde e saneamento), a vida nos meios rurais e a pobreza monetária das famílias tem um impacto na escolarização das crianças".

Nesta logica, Bedeta, (2013 p,16),

> compreende-se que não só a pobreza e a elevada taxa do analfabetismo mas muitos pais não se interessam pela aprendizagem escolar das crianças, mas às próprias estruturas do sistema de ensino, à forma de transmitir e comunicar com a população, sendo que a escola devia procurar atrair os pais enquanto responsáveis das crianças, permitindo-lhes maior acessibilidade no processo da educação, esta atração podia concretizar por meio das políticas consistente, isto de certa forma demonstra grande interesse de proporcionar um diálogo com os pais/mães no sentido de aproxima-los da vida escolar tornando o aprendizado mais produtivo na medida em que estes trabalham juntamente com a gestão.

Nesta senda, segundo (Bourdeux 2004) se observamos num sentido amplo da realidade se percebe que a mortalidade educacional só pode crescer á medida que vaias classes mais afastadas de lingua escolar.

(Bedeta 2013) demonstra que uma boa política educativa incide não apenas na distribuição da rede escolar, mas também em possibilitar maior oportunidade de acesso à educação e garantir a qualidade de ensino, sucesso escolar, formação inicial e contínua dos professores para assegurar a qualidade de ensino e o desenvolvimento do país pois isso servirá de base da instrução para atingir o objetivo do desenvolvimento almejado para a sociedade. A partir disso, (FANDA, 2013 p,46) explica que a causa da baixa taxa de escolarização residia na dificuldade de recrutamento de professores e custo de infraestrutura.

(MORRISH 1997 p,146) entende que "as desigualdades de oportunidade para o desenvolvimento educacional surgem dos seguintes fatores: familiares, econômicas, regionais ou de classe" por isso as declarações da igualdade de oportunidade não podem ser vistos simplesmente nos papéis ou decretos-leis, mas sim buscar de modo preciso as dificuldades mergulhá-las com as políticas públicas no sentido de concretizá-lo na vida dos cidadãos, fazê-

lo movimentar para que as pessoas se sentirem envolvidos dentro das dinâmicas da sociedade na qual eles dão sentido à vida. As desigualdades dos alunos nas escolas não deveriam ser buscadas no desempenho delas, mas sim nas desigualdades sociais e culturais fora da escola.

Diante disso, pode se compreender na fala de Bedeta (2013, p,31) "o respeito aos professores e a construção de mais infraestruturas escolares adequadas para todos os níveis do ensino, no sentido de assegurar um ensino de qualidade e demais condições necessárias para dinamizar o próprio processo do ensino e aprendizagem".

Mas, no entanto, pelo o que se entende com relação a educação na Guiné-Bissau, ela não constitui prioridade, "visto que o nível de investimento público no sector cifra na ordem de 13% do Orçamento Geral de Estado, contrariamente à média dos países com mesmo nível de desenvolvimento, onde a quota de investimento para o desenvolvimento do sistema de ensino é de 23,6%" (LGDH 2015, p,34). Estas só servem para o pagamento dos professores.

O sistema não consegue contribuir para reduzir as assimetrias de desenvolvimento regional e local nem garantir a igualdade de acesso das crianças. "As melhores escolas e os melhores professores continuam sendo privilégios da capital e de algumas cidades" (SANÉ, 2018, p,67).

Por isso, é importante ressaltar que todos os professores almejam trabalhar na capital Bissau afim de poderem complementar outras atividades remuneradas com a sua atuação enquanto professor, pois os salários pagos aos professores são baixos e por outro lado não há uma política do Estado que incentiva a permanência dos professores no interior ou nas regiões, no entanto percebe-se que a política dos primeiros profissionais continua a vigorar com a lógica da concentração ou da centralidade.

Parafraseando, Cá (2005), percebe-se que o sistema educativo ainda é inadaptado à realidade guineense, isto é, de fazer as populações sentirem a presença do Estado respondendo positivamente às demandas e necessidades educativas para o desenvolvimento socioeconômico, possibilitando o desenvolvimento das aptidões e capacidades necessária para os empregos proveitoso.

Em relação à capacidade de acolhimento no ano 2000, a situação era seguinte: "apenas 25% das escolas do EB ofereciam os dois ciclos: o elementar e o complementar; 50% permitiam a escolarização até a 4ª classe. Nas zonas rurais, apenas 25% dos estabelecimentos podiam escolarizar as crianças até os dois primeiros anos e em péssimas condições" (SANÉ, 2018, p,67). Nesta perspectiva, percebe-se que com a falta dos ciclos não só dificulta o acesso, mas também contribui no êxodo rural e na desistência dos estudantes, portanto a uma necessidade de combinar a teoria com a prática para conservar o saber e os conhecimentos

locais e impedir o êxodo rural dos jovens neste quadro pode-se compreender que a educação não é um gasto, mas é o investimento sério e continuo afim de proporcionar equidade nas oportunidades.

8. METODOLOGIA

Segundo Deslandes (1994, p,16) "a metodologia é o caminho do pensamento e a prática da realidade exercida na abordagem da realidade. (…) isto é inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade em alcançar um determinado objectivo", portanto o projeto busca analisar a responsabilidade do stado guineense na educação dos seus cidadãos. Para a concretização deste trabalho, será utilizada uma abordagem qualitativa e seus variados técnicas para gerar melhor resultado no processo de análise, dentre eles, a entrevista e questionário com o intuito de compreender o sistema educativo das escolas públicas na sua integra.

Para Chizzotti, (2003), o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível.

Portanto, a metodologia proposta para este projeto inclui a observação da responsabilidade do Estado com a população guineense enquanto entidade legitima em garantir o bem público e a emancipação da população. O estudo também busca um envolvimento ativo da população beneficiária da educação pública por períodos contínuos da formação, isto é, do ensino e aprendizagem, compreender o que ocorre na essência dos ciclos educacionais, para que a observação possa se tornar útil na solução do comprometimento do Estado com a educação pública.

Para compreender da melhor forma a responsabilidade do Estado com a educação pública, utilizaremos as seguintes: O primeiro ponto é uma pesquisa bibliográfica para a contextualização do nosso objeto de estudo, também serão levantados alguns dados documentais emitidos e aprovado pelo Estado sobre a educação pública.

Pois, segundo Severino (2007, p.122) "a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como livros, artigos e teses. O pesquisador trabalha na base das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos".

Para Gil (2002), é necessário que o pesquisador procure as fontes primarias evitando ou a fim de fugir das más interpretações da essência do conteúdo. Nesta ótica teremos a facilidade em compreender o estado guineense enquanto entidade máxima e responsável para governação e que atribui a competência ao ministério da educação nacional a organização do setor educativo com a finalidade de atingir o objetivo do governo ou do Estado.

O segundo momento perpassa pela entrevista, isto é, segundo Deslandes (1994, p,57) "é um procedimento na qual o pesquisador busca conter as informações contidas na fala dos atores sociais, enquanto sujeitos-objetos da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada". No entanto, usarei a entrevista aberta ou não-estruturada onde o informante aborda livremente o tema proposto com o intuito de compreender como as constantes instabilidades políticas acabam afetando a suas vidas dentro do processo educativo e como se veem o progresso da educação pública com relação ao comprometimento do próprio Estado.

A terceira fase se dá por meio da aplicação de questionários que segundo Lakatos (2003, p,201),

> o questionário abrange uma área geográfica mais ampla que permite o pesquisador conseguir as respostas mais rápidas e mais precisas com maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato, isto é, há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas e há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador e há mais tempo para responder e em hora mais favorável.

Portanto, para a realização da nossa pesquisa, a aplicação do questionário será e terá como público a população guineense, isto é, os funcionários das escolas públicas, pais encarregados e estudantes que se encontram dentro do ciclo educacional e os que passaram o percurso nas escolas públicas, além disso está via vai me permitir atingir os guineenses residentes em quatro países estrangeiros: Portugal, Marrocos, Senegal, Rússia e Brasil, na perspectiva de absorver olhares diferentes, com o intuito de compreender melhor a visão deste sobre a educação pública a partir daí observando o nível de satisfação com relação às escolas públicas na Guiné-Bissau, para depois fazer uma reflexão que me permite entender os fatores que dificultam a acessibilidade e permanência dos estudantes nas escolas públicas e procurando assim identificar meios de intervenção e respostas para os problemas que o sistema apresenta.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A Crise Na Educação The crisis in Education»** foi pela primeira vez publicado na Partisan Review, 25, 4 (1957) reimpresso em Nova York: Viking Press, 1961, p. 173-196.

AZAMBUJA, Darcy 1903-1970 **teoria geral do estado**/Darcy Azambuja; prefacio Alexandre de Oliveira Torres Carrasco. -4. ed.rev.ampl.e atual. São Paulo Globo, 2008.

BARRETO, augusto gomes **o fraco desempenho dos estudantes no ensino superior na Guiné-Bissau:** a herança do ensino básico Barreto, a. g. v. 07, nº 2, p. 18-28, jul. Dez, 2014. IN: Revista eletrônica "diálogos acadêmicos. Disponível em: https://urlzs.com/QDpxq. Acesso em: 03-05-2019

BEDETA, Garcia Biifa **2º Ciclo de Estudos em Sociologia Políticas Educativas na Guiné-Bissau** 2013 Dissertação/relatório/Projeto/IPP: Dissertação.

Bordeaux, Pierre 1930-2002, a reprodução: elementos para uma teoria de ensino /Pierre Bordeaux, Jean Claudio Pesseron; tradução de Reginaldo Bairão revisão de Pedro Benjamim Garcia e Ana Maria Baeta. 7. Ed. –Petrópolis, Rg: vozes 2004

Candé Monteiro, Artemisa Odila Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994) / Artemisa Odila Candé Monteiro. – Salvador, 2013.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil. In: Lusotopie, n°2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. pp. 259-282; http://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_1995_num_2_1_991 Document généré le 01/02/2018.

CHIZZOTTI, Antônio **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios** revista portuguesa de educação, Cied- Universidade do Minho Braga, Portugal 2003.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectivas da organização do sistema educativo da Guiné-Bissau**/ Lourenço Ocuni Cá campinas SP: {s.n.}, 2005.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A construção da política do currículo na Guiné-Bissau e o mundo globalizado**/Lourenço Ocuni Cá. Cuiabá: EdUFMT/CAPES, 2008.

Declaração das ONGs Educação para Todos Consulta Internacional de ONGS (CCNGO), Dakar, 25 de Abril de 2000 disponível em: encurtador.com.br/djoD6 acessado em 26-11-2009

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teorias, métodos e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecilia de souza Minayo (organizadora).-Petrópolis RJ: vozes, 1994.

EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI CORTEZ UNESCO MEC Ministério da Educação 9º ed. Brasil — janeiro de 1998.

FANDA, Juvenal Manuel. **O processo de expansão da escolarização básica em Guiné-Bissau (1990-2010**) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-graduação em Educação, Campo Grande – MS 2013.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades. Universidade de Aveiro 2005, Departamento** de Ciências da Educação.

GIL, Antônio Carlos, 1946-**Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GUINÉ-BISSAU. **Relatório sobre a situação dos direitos humanos** (LGDH) 2013/2015 Disponível em: https://urlzs.com/VyuC1. Acesso em: 10/06/2019.

LAGO, Benjamim Marcos **curso de sociologia e política**/Benjamim Marcos Lago. Petrópolis, RJ: 1996.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** *1* Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MONTEIRO, Lesmes. **As Armas de Cacheu- política conspiração** Bissau,2015.

MORRISH, Ivor **sociologia da educação** uma introdução tradução de Àlvaro Cabral revisão técnica de Jether Pereira Ramalho da universidade federal do rio de Janeiro terceira edição Zahar editores 1977.

O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos: **Atingindo nossos Compromissos Coletivos** Texto adotado pela Cúpula Mundial de Educação Dakar, Senegal - 26 a 28 de abril de 2000.

PARO, Victor Henrique. **A utopia da Gestão Escolar Democrática** da Fundação Carlos Chagas da USP e da PUC/SP comunicação apresentada no painel, "a gestão democrática da educação: reflexões com vista a constituintes", realizado em João Pessoa-pb no XIII Simpósio de Administração da Educação Promovido pela AMPAE- associação nacional de profissionais de administração de educação de 03 á 07 de novembro de 1986.

Relatório da Situação do Sistema Educativo Margens de manobra para o desenvolvimento do sistema educativo numa perspectiva de universalização do Ensino Básico e de redução da pobreza publicado em fevereiro 2013. Disponível em: https://urlzs.com/wmeDF. Acesso em: 04/06/2019.

Relatório de monitoramento de educação para todos Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? – Brasília : UNESCO, 2008.

República da Guiné-Bissau, **Assembleia Nacional Popular, Constituição da República,** Dezembro 1996.

SAMPA, Pascoal Jorge. **Situação do Ensino Público em Guiné-Bissau:** desafios e possibilidades para uma educação de qualidade Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015 disponível em: encurtador.com.br/lmtF1, Acessado em 03/05/2019.

SANÉ, Samba. **Os desafios da educação na Guiné-Bissau** Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 27, n.1, p. 55-77, jan. /jun. 2018.

SEVERINO, António Joaquim 1941-**Metodologia do trabalho científico**/António Joaquim Severino-23º.ed.ver e actual-São Paulo: carrez 2007.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e Ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008.** 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Politica) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Acessado em 03/05/2019 disponível em: encurtador.com.br/ghjDP

SEMEDO, Maria Odete Da Costa. **Educação como direito**. Revista guineense de educação e cultuara-o estado na educação na Guiné-Bissau, n. 1, 2011. Acessado em 13/07/2019 disponível em: https://docplayer.com.br/11106946-Educacao-como-direito.html

VARELA, Bartolomeu **a educação, o conhecimento e a cultura na práxis de libertação nacional de Amílcar Cabral,** janeiro de 2011 acessado em 01/07/2019 disponível em: encurtador.com.br/eGJOU